

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUMENTAR A EFICÁCIA DA APRENDIZAGEM: A FORMAÇÃO DA CULTURA JURÍDICA DOS ESTUDANTES

DESARROLLO DE TECNOLOGÍAS PARA AUMENTAR LA EFICACIA DEL APRENDIZAJE: FORMACIÓN DE LA CULTURA JURÍDICA DE LOS ESTUDIANTES

DEVELOPING TECHNOLOGIES TO INCREASE THE EFFECTIVENESS OF LEARNING: FORMING STUDENTS' LEGAL CULTURE



Sherjon SHERJONOV¹

e-mail: sherjon.sherjonov@mymail.academy



Elmira SALIMZYANOVA²

e-mail: elmira.salimzyanova@mymail.academy



Saidafzal SAIDJALOLOV³

e-mail: saidafzal.saidjalolov@mymail.academy



Aleksandr RIABCHENKO⁴

e-mail: riabchenko@mymail.academy



Marina SHAROVA⁵

e-mail: marina.sharova@mymail.academy



Alexey DASHIN⁶

e-mail: alexey.dashin@mymail.academy



Serikkhan ZHUZEYEV⁷

e-mail: serikkhan.zhuzeyev@mymail.academy

Como referenciar este artigo:

Sherjonov, S., Salimzyanova, E., Saidjalolov, S., Riabchenko, A., Sharova, M., Dashin, A., & Zhuzeyev, S. (2026). Desenvolvimento de tecnologias para aumentar a eficácia da aprendizagem: A formação da cultura jurídica dos estudantes. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 30, e026049. <https://doi.org/10.22633/rpge.v30i00.21242>



| Submetido em: 09/09/2025

¹ Universidade Mamun, Khiva – Uzbequistão. Departamento de Economia. Doutor em Economia, Professor Associado.

² Universidade Federal de Kazan (Região do Volga), Kazan – Rússia. Doutora Filologia, Professora Associada. Departamento Geral de Educação Física e Esportes.

³ Academia Islâmica Internacional do Uzbequistão, Tashkent – Uzbequistão. Doutor, Professor Associado.

⁴ Universidade Agrária Estadual de Kuban, em homenagem a I.T. Trubilin, Krasnodar – Rússia. Departamento de Teoria e História do Estado e do Direito. Doutor em Ciências, Professor.

⁵ Universidade Financeira subordinada ao Governo da Federação Russa, Moscou – Rússia. Departamento de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais e Comunicação de Massa. Doutora em Ciências, Professora Associada.

⁶ Universidade Estadual de Economia de Samara, Samara – Rússia. Departamento de Apoio Jurídico à Atividade Econômica. Doutor em Direito, Professor.

⁷ Universidade Korkyt Ata Kyzylorda, Kyzylorda – Cazaquistão. Doutor, Professor Sênior do programa educacional “Língua e Literatura Cazaque, Jornalismo”.

| **Revisões requeridas:** 12/10/2025

| **Aprovado em:** 11/05/2026

| **Publicado em:** 19/06/2026

Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

RESUMO: O artigo fundamenta teórica e empiricamente o desenvolvimento da cultura jurídica de estudantes universitários como condição de responsabilidade cívica e preparação profissional. O escopo empírico limita-se a 124 estudantes do segundo ao quarto ano dos cursos de Serviço Social e Ensino de Línguas Estrangeiras; portanto, os achados são interpretados como institucionais e específicos dos programas, não como nacionalmente representativos. O estudo combina revisão de literatura, análise conceitual qualitativa, questionários, levantamentos e testes, com resultados processados anonimamente e apresentados de forma agregada. A pesquisa identifica níveis, critérios e indicadores da cultura jurídica dos estudantes, compara os dois grupos e propõe um programa baseado em debates, discussões, aulas invertidas e jogos empresariais. Os resultados indicam que a educação jurídica sistemática deve combinar conhecimento legislativo com exercícios práticos de decisão legal, defesa de direitos e responsabilidade cívica.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura jurídica. Consciência jurídica. Estudantes universitários. Educação jurídica. Ensino superior.

RESUMEN: El artículo fundamenta teórica y empíricamente el desarrollo de la cultura jurídica de estudiantes universitarios como condición de responsabilidad cívica y preparación profesional. El alcance empírico se limita a 124 estudiantes de segundo a cuarto año de Trabajo Social y Enseñanza de Lenguas Extranjeras; por lo tanto, los hallazgos se interpretan como institucionales y específicos de los programas, no como nacionalmente representativos. El estudio combina revisión de literatura, análisis conceptual cualitativo, cuestionarios, encuestas y pruebas, con resultados procesados de forma anónima y presentados de manera agregada. La investigación identifica niveles, criterios e indicadores de la cultura jurídica estudiantil, compara los dos grupos y propone un programa basado en debates, discusiones, clases invertidas y juegos de simulación empresarial. Los resultados muestran que la educación jurídica sistemática debe combinar conocimiento legislativo con ejercicios prácticos de toma de decisiones legales, protección de derechos y responsabilidad cívica.

PALABRAS CLAVE: Cultura jurídica. Conciencia jurídica. Estudiantes universitarios. Educación jurídica. Educación superior.

ABSTRACT: The article theoretically and empirically substantiates the development of university students' legal culture as a condition for civic responsibility and professional readiness. The empirical scope is limited to 124 second- to fourth-year students majoring in Social Work and Foreign Language Teaching; therefore, the findings are interpreted as institutional and program-specific rather than nationally representative. The study combines a literature review, qualitative conceptual analysis, questionnaires, surveys, and testing, with results processed anonymously and presented in aggregate form. The research identifies levels, criteria, and indicators of students' legal culture, compares the two groups, and proposes a program based on debates, discussions, flipped lectures, and business games. The findings show that systematic legal education should combine knowledge of legislation with practical exercises in lawful decision-making, rights protection, and civic responsibility.

KEYWORDS: Legal culture. Legal consciousness. University students. Legal education. Higher education.

INTRODUÇÃO

A cultura jurídica é um componente importante do desenvolvimento cívico, pois reflete a forma como os indivíduos compreendem as normas jurídicas, avaliam o comportamento legal e aplicam o conhecimento jurídico na vida social e profissional (Demchenko, 2023; Nesterov, 2017). Para os estudantes universitários, essa questão é especialmente relevante, pois as instituições de ensino superior formam futuros especialistas que devem ser capazes de agir com responsabilidade dentro dos marcos jurídicos e éticos (Dao et al., 2022; Méndez Cabrita et al., 2022).

O problema abordado neste artigo não é a importância geral da cultura jurídica, mas o desenvolvimento insuficientemente sistematizado do conhecimento jurídico, da consciência jurídica e do comportamento conforme à lei dos estudantes em cursos universitários não jurídicos (Akhmetshin et al., 2020; Smotrova et al., 2021; Sánchez, 2024). O escopo empírico do estudo está delimitado a 124 estudantes do segundo ao quarto ano dos cursos de Serviço Social e Formação de Professores de Línguas Estrangeiras. Portanto, os resultados são interpretados como evidências no nível do curso e da instituição, e não como uma avaliação representativa em nível nacional.

Essa delimitação é importante porque os alunos de diferentes cursos profissionais se deparam com as normas jurídicas de maneiras distintas. Os alunos de Serviço Social se envolvem mais diretamente com disciplinas jurídicas e com a proteção de direitos, enquanto os futuros professores de línguas estrangeiras podem receber uma formação jurídica menos sistemática, apesar da necessidade de compreender os direitos dos alunos, os deveres profissionais e os regulamentos institucionais (Aleksandrova, 2017; Belletati et al., 2021; Albino et al., 2024).

O objetivo do estudo é fundamentar, teoricamente e empiricamente, a necessidade de desenvolver a cultura jurídica dos alunos e conceber uma tecnologia pedagógica capaz de aprimorar o conhecimento jurídico, a consciência jurídica e a preparação para a atuação dentro da lei no ensino superior.

REVISÃO DE LITERATURA

A literatura sobre cultura jurídica pode ser agrupada em várias abordagens analíticas. A primeira abordagem define a cultura jurídica por meio do conhecimento e da compreensão do direito, enfatizando normas jurídicas, relações jurídicas, instituições, consciência e

comportamento (Pindus, 2016; Siniukova, 2009; Vorontsov, 2013). Essa abordagem é útil porque mostra que a cultura jurídica não pode ser reduzida à memorização da legislação; ela também envolve o julgamento jurídico baseado em valores.

Uma segunda abordagem amplia o conceito ao conectar a cultura jurídica à avaliação política do direito, à atividade progressista, aos valores jurídicos e à participação no desenvolvimento cultural global (Biriukov, 2021; Kravchenko, 2015; Potapenko, 2016). Esses autores deslocam a discussão do domínio individual do conhecimento jurídico para o papel da cultura jurídica no desenvolvimento social mais amplo.

Uma terceira abordagem concentra-se nas dimensões subjetivas e psicológicas da cultura jurídica. Dessa perspectiva, a consciência jurídica, a responsabilidade e o comportamento legal intencional são fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo como sujeito de direito (Dyzhova, 2019; Grigorian & Mikhailova, 2016; Muslumov, 2013; Osipov, 2012; Pavlov & Stabrovskii, 2020; Rybakov, 2016).

Em conjunto, essas abordagens mostram que a cultura jurídica possui dimensões cognitiva, axiológica e comportamental. A dimensão cognitiva diz respeito ao conhecimento do direito; a dimensão axiológica diz respeito às atitudes em relação ao direito como valor; e a dimensão comportamental diz respeito à capacidade de agir de acordo com a lei em situações concretas educacionais, profissionais e sociais.

Por essa razão, o presente artigo interpreta a cultura jurídica dos estudantes como uma formação integrada que inclui o conhecimento das normas jurídicas, o respeito pelos valores jurídicos, a disposição para defender direitos e cumprir obrigações, e a capacidade de aplicar o conhecimento jurídico em contextos cotidianos e profissionais.

O elemento central da cultura jurídica é a consciência jurídica (Rybakov, 2016). A consciência jurídica implica um conjunto de visões, ideias, sentimentos, percepções sobre o direito e o papel que ele desempenha na vida da sociedade e do Estado, a noção de direitos humanos e a responsabilidade do indivíduo para com as outras pessoas, o Estado e a sociedade (Muslumov, 2013). A consciência jurídica possui uma estrutura interna composta por ideologia jurídica, psicologia jurídica e, ocasionalmente, comportamento jurídico diferenciado (Grigorian & Mikhailova, 2016). A consciência jurídica funciona como um meio de regulação social do comportamento jurídico, o que significa que exerce influência reguladora. Portanto, ela não apenas sustenta a consciência da pessoa quanto ao propósito do comportamento jurídico, mas também constitui a fonte dessa consciência (Pavlov & Stabrovskii, 2020). É no âmbito da consciência jurídica que se formam valores e ideais jurídicos como justiça, igualdade, liberdade,

honra e dignidade, influenciando o desenvolvimento de todo o sistema jurídico do Estado e da sociedade civil (Dyzhova, 2019).

Essa síntese também esclarece a lacuna de pesquisa: muitos estudos explicam por que a cultura jurídica é socialmente importante, mas poucos estudos operacionalizam seu desenvolvimento por meio de níveis concretos, critérios, procedimentos diagnósticos e atividades educacionais para estudantes fora dos cursos de Direito.

O ambiente universitário é, portanto, considerado um espaço mediador entre a cultura jurídica da sociedade e a cultura jurídica do futuro especialista. Ele oferece não apenas instrução formal, mas também regras, práticas de comunicação, modelos de comportamento e situações institucionais por meio das quais os estudantes aprendem o comportamento conforme à lei (Anggraeni et al., 2023; Berestov, 2016; Khammatova et al., 2021; Abdullayev et al., 2024a).

Com base nisso, o estudo passa da discussão conceitual para o diagnóstico empírico e a elaboração de programas.

MÉTODOS

O estudo utiliza uma abordagem metodológica mista que combina revisão de literatura, análise conceitual qualitativa e diagnóstico empírico da cultura jurídica dos estudantes.

A componente qualitativa consistiu na análise de fontes científicas e pedagógicas, com o objetivo de identificar os fundamentos teóricos, as dimensões estruturais e as condições pedagógicas para o desenvolvimento da cultura jurídica.

A componente empírica concentrou-se em dois grupos de estudantes cujos programas educacionais oferecem diferentes níveis de contato com disciplinas jurídicas: estudantes de Serviço Social e estudantes em formação para se tornarem professores de línguas estrangeiras.

A amostra incluiu 124 estudantes do segundo ao quarto ano: 63 estudantes do curso de Serviço Social e 61 estudantes do curso de Formação de Professores de Línguas Estrangeiras. Essa amostra define o escopo institucional e curricular da pesquisa.

Os dados quantitativos foram obtidos por meio de questionários, pesquisas e testes. Os resultados foram processados de forma descritiva, utilizando números absolutos e porcentagens, a fim de comparar a distribuição dos níveis alto, médio, suficiente e baixo de cultura jurídica entre os dois grupos.

Os procedimentos éticos foram garantidos por meio da participação voluntária, do tratamento anônimo das respostas e da apresentação dos resultados apenas de forma agregada. Nenhum identificador pessoal foi utilizado na análise.

O estudo empírico foi conduzido em três etapas: definição dos níveis, critérios e indicadores de cultura jurídica; diagnóstico do nível de cultura jurídica dos alunos por meio de questionários, pesquisas e testes; e elaboração de um programa para o desenvolvimento da cultura jurídica dos alunos.

Esse formato permite conectar a análise conceitual ao desenvolvimento prático do programa, ao mesmo tempo em que reconhece que os resultados não podem ser generalizados para além da amostra sem a realização de novos testes.

RESULTADOS

Nossa análise de fontes científicas e pedagógicas sugere que os principais fatores que afetam o nível de cultura jurídica dos alunos incluem:

- Ausência de disciplinas jurídicas ou nível insuficiente de conhecimento dessas disciplinas nas instituições de ensino médio em geral;
- Falta de apoio metodológico adequado e de literatura jurisprudencial e livros didáticos atualizados;
- Ausência de atividades de educação jurídica por parte do corpo docente e de pesquisa (por exemplo, no âmbito de uma aula ou de uma sessão de orientação);
- Ausência de recursos visuais para promover o conhecimento jurídico, especialmente em uma questão tão importante como a proteção jurídica.

Isso nos leva a concluir que os componentes do conhecimento jurídico precisam ser incorporados especificamente aos currículos das instituições de ensino superior, permitindo que especialistas em diversas áreas apliquem esse conhecimento em sua futura prática profissional, por exemplo, ao exercerem seu direito ao trabalho, ao interagirem com autoridades públicas e instituições de diversas formas de propriedade, e em outras situações da vida (Temerbayeva et al., 2023).

Na primeira etapa, especificamos os níveis, critérios e indicadores para caracterizar o desenvolvimento da cultura jurídica dos estudantes (Quadro 1).

Quadro 1.*Níveis, critérios e indicadores do desenvolvimento da cultura jurídica dos alunos*

Critério	Indicador	Nível
Compreensão do marco legislativo	Conhecimento da legislação russa, capacidade de utilizar as TIC para localizar os atos legislativos necessários, além de consciência jurídica, raciocínio jurídico e cultura jurídica bem desenvolvidos	Alto
	Conhecimento da legislação, dos direitos e deveres básicos dos cidadãos e de suas garantias legais	Médio
	Compreensão geral do direito e da legislação, sem compreensão da natureza social das diferentes relações e da regulamentação jurídica	Suficiente
Conhecimento do direito penal	Capacidade de analisar problemas jurídicos e de formular e justificar posições jurídicas relativas à diferenciação entre crimes e outras infrações	Alto
	Conhecimento satisfatório das normas da legislação penal, sem proficiência nas possíveis formas de proteção de direitos e interesses em caso de responsabilidade penal	Médio
	Conhecimento superficial do direito penal, sem compreensão do mecanismo jurídico para atribuir responsabilidade penal a uma pessoa	Suficiente
Capacidade de defender os próprios direitos ao ensino superior	Capacidade de defender os próprios direitos como participante do processo educacional, citando artigos específicos da legislação especializada em ensino superior	Alto
	Conhecimento de todos os direitos e garantias previstos pela legislação especializada em ensino superior, mas sem uma visão clara de sua aplicação prática	Médio
	Falta de habilidades para pesquisar informações sobre os direitos e obrigações dos estudantes, exigindo ajuda externa para sua aplicação prática	Suficiente
Capacidade de exercer os próprios direitos	Capacidade de aplicar o conhecimento sobre como os direitos dos cidadãos são concretizados em diversos ramos do direito, compreensão do mecanismo pelo qual garantias específicas são aplicadas, conhecimento das disposições das normas internacionais de direitos humanos e da Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais	Alto
	Conhecimento relativo sobre como os direitos dos cidadãos são concretizados em determinados ramos do direito (civil, familiar etc.)	Médio
	Incapacidade de exercer de forma autônoma os próprios direitos como cidadão	Suficiente
Capacidade de formular respostas independentes nas disciplinas do ciclo histórico-jurídico	Capacidade de responder a perguntas de forma autônoma, clara e lógica, lidar com situações problemáticas e tomar decisões responsáveis	Alto
	Capacidade de relacionar as questões apresentadas com os ramos do direito correspondentes e formular respostas às questões de forma relativamente independente	Médio
	Incapacidade de formular respostas de maneira lógica nas disciplinas do ciclo histórico-jurídico devido à falta de uma postura consolidada em relação ao direito e à prática de sua aplicação	Suficiente
Capacidade de encontrar soluções de compromisso para problemas complexos no processo educacional	Fortes qualidades morais e jurídicas, capacidade de encontrar soluções de compromisso para questões que surgem no processo educacional	Alto
	O conhecimento dos próprios direitos como participante do processo educacional é suficiente, mas a postura jurídica ativa para encontrar soluções de compromisso é fraca	Médio

	O aluno é incapaz de encontrar soluções de compromisso para problemas complexos que possam surgir no processo educacional devido à sua falta de atividade jurídica	Suficiente
--	--	------------

Nota. Elaborado pelos autores.

A análise das respostas dos alunos na segunda etapa mostrou que, entre os futuros assistentes sociais — ou seja, pessoas motivadas a estudar disciplinas jurídicas —, o nível predominante de cultura jurídica era médio, observado em 44% dos alunos (28 pessoas); um nível suficiente foi constatado em 38% (24 pessoas); e um nível elevado foi demonstrado por apenas 18% (11 pessoas).

Quanto aos alunos em formação para se tornarem professores de línguas estrangeiras, um nível elevado de cultura jurídica foi demonstrado por 5% (três pessoas), um nível médio por 53% (32 pessoas) e um nível baixo por 42% (26 pessoas).

Os resultados empíricos mostram que o programa para o desenvolvimento da cultura jurídica dos alunos deve se concentrar, em primeiro lugar, na motivação para o domínio das normas e regulamentos jurídicos e, em seguida, na assimilação prática do conhecimento jurídico por meio de tarefas que exijam que os alunos apliquem direitos, obrigações e comportamento legal a situações reais, tanto educacionais quanto cotidianas (Abdullayev et al., 2024b; Contreras Vivanco et al., 2023; Sapfirova et al., 2022).

Acreditando que uma instituição de ensino superior dispõe dos meios necessários para garantir a formação da cultura jurídica dos alunos, desenvolvemos um programa para o desenvolvimento da cultura jurídica nos alunos (Quadro 2), incorporando formas interativas de trabalho em aulas teóricas e práticas:

- Debates (oportunidade de aprender a formular e expressar os próprios pensamentos, ouvir os outros e refletir sobre as próprias habilidades e competências [Sydorenko et al., 2023]);
- Conversas (capacidade de negociar, ouvir e compreender a outra pessoa, estabelecer limites pessoais, controlar o tempo etc.);
- “Microfone aberto” (capacidade de atuar como coorganizador, seguir claramente as regras de procedimento, prestar atenção a todas as partes interessadas etc.);
- Mesas-redondas (respeito à etiqueta empresarial, capacidade de identificar temas atuais para discussão, capacidade de apresentar os resultados do próprio trabalho de investigação);

- Clube de discussão (desenvolvimento de habilidades de comunicação, respeito às normas éticas dos membros do clube);
- Aulas invertidas (troca de papéis durante uma sessão de treinamento, capacidade de assumir responsabilidade por si mesmo, demonstrar habilidades de liderança);
- Jogos de negócios (habilidades práticas na resolução de problemas complexos por meio da reprodução direta de situações, desenvolvimento de um interesse duradouro pelo tema de estudo etc. [Gorbunova & Yakimchuk, 2024]).

Quadro 2.

Programa para o desenvolvimento da cultura jurídica dos alunos

Tipo de treinamento	Conteúdo	Resultado esperado
Debate	Pede-se aos alunos que elaborem uma definição do conceito de “direito”, identifiquem os principais direitos constitucionais dos cidadãos, demonstrem a importância de respeitar e proteger os direitos humanos e classifiquem os principais direitos constitucionais em grupos (pessoais, políticos, socioeconômicos e culturais).	Compreensão sólida das normas legislativas consagradas no âmbito constitucional como garantia imperativa.
Conversas	É realizado um evento sobre o tema “Formas de concretização dos direitos humanos na sociedade da informação moderna”, com foco no fortalecimento dos conhecimentos, habilidades e competências relevantes.	Os alunos adquirem conhecimento sobre as oportunidades de exercer seus direitos de acesso à informação, incluindo informações públicas, sobre as leis pertinentes que regulamentam esses direitos, e aprendem sobre o mecanismo de recurso em caso de violação desses direitos de acesso à informação.
Microfone aberto	Resumo dos conhecimentos dos alunos no ensino superior. Os alunos são convidados a citar um direito específico consagrado na Lei Federal “Sobre a Educação na Federação Russa” e, em seguida, explicar como esse direito é concretizado.	Os alunos adquirem uma compreensão mais ampla do alcance de seus direitos como participantes do processo educacional e das ações específicas que precisam realizar para exercer esses direitos.
Mesas-redondas	Pede-se aos alunos que preparem perguntas para uma discussão sobre o tema “Questões atuais do direito penal”, identificando de forma independente os delitos e a responsabilidade por eles que lhes interessam pessoalmente.	Os alunos ampliam seus conhecimentos sobre infrações penais, determinam os limites da responsabilidade por um determinado crime e aprendem a diferença entre infrações penais e outras infrações.
Pesquisa inicial	Como parte do módulo de direito de família, é oferecida aos alunos uma série de perguntas logicamente relacionadas, organizadas da mais simples à mais complexa, para avaliar sua compreensão do direito de família.	A pesquisa facilita a sistematização do conhecimento dos alunos, promove sua participação e os incentiva a dar respostas, expressar suas opiniões e complementar ou corrigir as respostas de outros participantes, ampliando assim seus horizontes.
Clube de discussão	Reunião <i>on-line</i> para discutir a questão “Desafios da restrição dos direitos humanos em situações de crise”.	Os alunos desenvolvem as competências jurídicas necessárias para compreender a proteção dos direitos humanos e para se adaptarem melhor ao mundo moderno.

Aula invertida	Pede-se aos alunos que revisem a apresentação sobre o tema “Regulamentação jurídica das relações de trabalho dos profissionais de pesquisa, de pesquisa-pedagogia e da área pedagógica”; durante a aula, o professor responde a perguntas sobre aspectos pouco claros e apresenta problemas para os alunos resolverem.	Os alunos têm a oportunidade de se concentrar em determinados aspectos do tema em estudo e resolver as tarefas propostas para assimilar o conteúdo por meio da prática.
Seminário	Os alunos devem preparar informações sobre as questões sugeridas a partir dos tópicos do curso atribuídos para estudo autônomo.	Os alunos desenvolvem a capacidade e as habilidades de aprendizagem autônoma, estudo individual, trabalho com diferentes fontes do direito e análise de questões e fatos problemáticos.
Jogos de negócios	É apresentada aos alunos uma situação extraída da prática judicial real. Os participantes do jogo devem, então, organizar racionalmente seu tempo para analisar a situação e prosseguir com os debates: discutindo a situação, apresentando provas e contra-argumentos, fazendo perguntas de uma equipe à outra e fornecendo uma avaliação jurídica da situação.	Os alunos podem compartilhar seus conhecimentos, experiências e percepções, aprendendo com o professor e uns com os outros. Eles aprendem a comunicar ativamente suas opiniões e percepções ao aplicar as normas jurídicas.

Nota. Elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

Os resultados confirmam que a cultura jurídica dos estudantes é uma formação multidimensional que inclui conhecimento jurídico, atitudes em relação ao direito como valor, responsabilidade e disposição para um comportamento dentro da lei. Essa interpretação relaciona os achados empíricos com a literatura, que trata a cultura jurídica tanto como um elemento do desenvolvimento pessoal quanto como uma condição da ordem social.

A diferença entre os dois grupos é pedagogicamente significativa. Os estudantes de Serviço Social, cujo curso está mais intimamente ligado às disciplinas jurídicas e à proteção dos direitos, demonstraram níveis mais elevados de cultura jurídica. Os futuros professores de línguas estrangeiras apresentaram uma proporção maior de resultados de baixo nível, indicando a necessidade de incluir a educação jurídica mesmo em cursos que não sejam diretamente jurídicos.

Essas descobertas corroboram a ideia de que a cultura jurídica se forma não apenas por meio da família, da escola e da socialização informal, mas também por meio do ambiente institucional da universidade, do currículo, das normas de comunicação e da participação em atividades sociojurídicas (Chelysheva & Sapozhnikova, 2024; Iglesias Quintana et al., 2021; Maryano & Anggraeni, 2023).

Assim, o desenvolvimento da cultura jurídica deve combinar três componentes: um componente informativo, que proporciona aos alunos conhecimento sobre normas jurídicas e

regulamentos universitários; um componente avaliativo, que forma o respeito pela lei como valor; e um componente organizacional, que envolve os alunos em debates, discussões, aulas invertidas, jogos de simulação empresarial e outras atividades interativas (Ashirova et al., 2022; Belentsov et al., 2024).

O programa proposto coloca esses componentes em prática ao conectar o conhecimento jurídico à comunicação, à argumentação, à proteção de direitos, à resolução de conflitos e à tomada de decisões profissionais.

Ao mesmo tempo, os resultados devem ser interpretados com cautela, pois o estudo se baseia em uma amostra institucional limitada e em estatísticas descritivas. São necessários mais testes para determinar se a tecnologia proposta produz uma melhoria estável ao longo do tempo e em diferentes contextos universitários.

As recomendações a seguir funcionam, portanto, como orientações práticas para a implementação, e não como prescrições universais.

Os resultados nos permitem propor recomendações que, em nossa opinião, contribuirão para a melhoria da cultura jurídica.

1) Acompanhamento regular do nível de cultura jurídica dos alunos para garantir uma resposta oportuna às mudanças na legislação vigente.

O monitoramento da cultura jurídica dos estudantes pode ser realizado em vários níveis: geral, setorial e de aplicação da lei. O monitoramento geral avalia o domínio das normas jurídicas gerais (constitucionais, civis, trabalhistas, penais, de família, administrativas etc.) (Eflova et al., 2024); o monitoramento setorial concentra-se no conhecimento da legislação especializada na área profissional do aluno; e o monitoramento da aplicação da lei trata do conhecimento de como as leis e a legislação vigentes são utilizadas na prática (Aji et al., 2022).

Cada tipo de monitoramento permite estimar o nível de competência em diferentes ramos do direito, a capacidade de aplicar essa legislação e o conhecimento das instituições especializadas do setor (Polyakova et al., 2018).

2. Realização de trabalho de divulgação para explicar e popularizar o direito e informar os alunos sobre as principais mudanças na legislação.

O trabalho de informação que envolve a explicação e a divulgação do direito pode ser realizado por meio da influência direta na consciência e no comportamento dos alunos ou por meio de medidas voltadas para a divulgação de informações sobre o direito, a legislação e diversos eventos de relevância jurídica. Essas medidas podem influenciar a formação de uma postura jurídica ativa entre os futuros especialistas. Alguns exemplos incluem mesas redondas,

reuniões do departamento e outros eventos abertos ao público voltados para a disseminação de conhecimentos sobre os ramos do direito.

Ao realizar um trabalho de informação e conscientização com os alunos durante os horários de orientação, envolvê-los em seminários científicos e metodológicos no departamento e organizar eventos individuais (seminários, oficinas), é possível garantir que os alunos assimilem o conhecimento teórico e aprendam a exercer na prática seus direitos subjetivos. Além disso, essas medidas garantirão que os alunos estejam informados sobre as mudanças recentes nas leis vigentes.

3. Introdução de módulos específicos no processo educacional para aprimorar a cultura jurídica dos alunos como parte do processo educacional.

A introdução de módulos específicos destinados a elevar o nível de cultura jurídica dos alunos no processo educacional permitirá definir metas específicas para aprimorar seus conhecimentos jurídicos e, posteriormente, acompanhar e avaliar os resultados da formação.

A educação jurídica é um componente complexo e importante do mecanismo de formação da consciência jurídica pessoal, que possibilita o processo de aceitação, assimilação e aplicação do conhecimento jurídico por futuros especialistas, a compreensão de seu valor nas relações jurídicas públicas, bem como a compreensão das normas e dos padrões de comportamento lícitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra que o desenvolvimento da cultura jurídica dos estudantes universitários deve ser tratado como uma tarefa pedagógica sistemática, e não como um elemento auxiliar da educação geral.

Sua contribuição reside na definição de níveis, critérios e indicadores de cultura jurídica, no diagnóstico das diferenças entre dois grupos de estudantes e na proposta de um programa que combine conhecimento jurídico com atividades educacionais interativas.

A principal limitação é o escopo empírico restrito: a amostra incluiu estudantes de dois cursos, e os resultados foram processados de forma descritiva. Portanto, as conclusões devem ser interpretadas como uma base para testes pedagógicos adicionais, e não como uma generalização definitiva.

Pesquisas futuras devem verificar experimentalmente a tecnologia proposta, comparar sua eficácia em diferentes especialidades e instituições e examinar como a cultura jurídica dos

estudantes se altera após a participação repetida em debates, análises de casos jurídicos, aulas invertidas e jogos de negócios.

REFERÊNCIAS

- Abdullayev, I., Akhmetshin, E., Nayanov, E., Otcheskiy, I., & Lyubanenko, A. (2024a). Possibilities of using online network communities in the educational process to develop professional skills in students. *Conrado*, 20(98), 395–401.
- Abdullayev, I., Yakushkina, N., Akhmetshin, E., Zainullin, L., & Kozachek, A. (2024b). Improving student motivation for the development of language and speech competencies with training and digital learning platforms. *Educação & Formação*, 9, e14252. <https://doi.org/10.25053/redufor.v9.e14252>
- Aji, R. H. S., Syaukani, M. N. M., Panjaitan, M., & Rezki, A. (2022). Legal policy on the national education system in influencing worker productivity in Indonesia. *Jurnal Cita Hukum – Indonesian Law Journal*, 10(2), 355–368. <https://doi.org/10.15408/jch.v10i2.27802>
- Akhmetshin, E. M., Allanina, L. M., Morozova, E. N., Volynkina, N. V., & Nazarova, L. N. (2020). The state of legal consciousness formation of Russian students. *International Journal of Instruction*, 13(2), 419–430. <https://doi.org/10.29333/iji.2020.13229a>
- Albino, A. C. A., Rodrigues, A. C. D., & Dutra-Pereira, F. K. (2024). Teacher training in political dispute: The persistent neopragmatist and neoconservative curricular bets. *Educação & Formação*, 9, e14103. <https://doi.org/10.25053/redufor.v9.e14103>
- Aleksandrova, S. N. (2017). Formirovanie pravovoi kultury u obuchaiushchikhsia v uchrezhdeniiakh vysshego obrazovaniia [Formation of legal culture among students in institutions of higher education]. *Pedagogical Journal*, 7(5A), 7–11.
- Anggraeni, R. D., Bachtiar, B., & Imanuddin, I. (2023). The repositioning of campus as a cultural movements engine in the eradication of corruption. *Jurnal Cita Hukum – Indonesian Law Journal*, 11(1), 95–108. <https://doi.org/10.15408/jch.v11i1.32124>
- Ashirova, Z., Zholdasbekova, S., Konakbayeva, U., & Akhmet, L. (2022). Educating a student's legal culture: A new approach to developing a learning model. *European Journal of Contemporary Education*, 11(3), 696–706. <https://doi.org/10.13187/ejced.2022.3.696>
- Belentsov, S. I., Vlasenko, N., Sapronova, S., & Rubtsova, E. (2024). Pedagogical technology of formation and development creative-constructive modus of younger generation's civic activity. *European Journal of Contemporary Education*, 13(1), 14–22. <https://doi.org/10.13187/ejced.2024.1.14>
- Belletati, V. C. F., Pimenta, S. G., & Lima, V. M. M. (2021). Formation of critical-reflective intellectual teachers in undergraduate courses in spite of national guidelines: Possible transgressions. *Nuances*, 32(1), e021026. <https://doi.org/10.32930/nuances.v32i00.8706>
- Berestov, V. P. (2016). Pravovaia kultura rossiiskoi molodezhi: Metodologicheskie podkhody [Legal culture of Russian youth: Methodological approaches]. *Bulletin of the South-Russian State Technical University (NPI) Series Socioeconomic Sciences*, (2), 141–147.

- Biriukov, S. V. (2021). *Pravovaia kultura: Uchebnoe posobie dlia vuzov [Legal culture: Textbook for universities]*. Iurait.
- Chelysheva, I. V., & Sapozhnikova, Y. A. (2024). Pedagogicheskiye i psikhologicheskiye podkhody k issledovaniyu roli sem'i i semeynogo vospitaniya v otechestvennom khudozhestvennom kinematografe [Psychological and pedagogical approaches to studying the role of family and family education in domestic fiction cinematography]. *Anthropological Didactics and Upbringing*, 7(2), 24–34.
- Contreras Vivanco, J. E., Benavides Salazar, C. F., Benavides Salazar, J. C., & Silvio Amable, M. V. (2023). Garantía de motivación en medidas cautelares: Evaluación del cumplimiento de la nueva jurisprudencia ecuatoriana. *Universidad y Sociedad*, 15(6), 456–468.
- Dao, M. D., Dao, M. K. N., Nguyen, L. T., & Nguyen, V. N. (2022). Applying the method of case law commenting in law specialized training. *Nuances*, 33, e022003. <https://doi.org/10.32930/nuances.v33i00.9481>
- Demchenko, M. S. (2023). The constitutionality of legal measures during the spread of COVID-19. *Politika i Obshchestvo*, (1), 21–32. <https://doi.org/10.7256/2454-0684.2023.1.43809>
- Dyzhova, A. A. (2019). Problemy pravovogo vospitaniia studencheskoi molodezhi [Problems of legal education of student youth]. *Collection of Scientific Works "Bulletin of the Faculty of Business and Law"*, (1), 119–126.
- Eflova, M., Maximova, O., Nagmatullina, L., & Belyaev, V. (2024). Educational implications for modern youth: Dynamics of changes in the practices of online activity. *Conrado*, 20(Suppl. 1), 96–101.
- Gorbunova, I. B., & Yakimchuk, O. S. (2024). Ispol'zovaniye igrovykh tekhnologiy v obuchenii inostrannym yazykam studentov-bakalavrov, osvayayushchikh programmu s dvumya profilyami podgotovki (na materiale angliyskogo yazyka) [The use of game technologies in teaching foreign languages to bachelor students mastering a program with two training profiles (English)]. *Anthropological Didactics and Upbringing*, 7(6), 143–155.
- Grigorian, E. G., & Mikhailova, O. N. (2016). Psikhologicheskie kharakteristiki osobennostei pravosoznaniia studencheskoi molodezhi [Psychological characteristics of the features of legal consciousness among student youth]. *Science Review: Humanities Research*, (3), 103–108.
- Iglesias Quintana, J. X., Cangas Oña, L. X., Tixi Torres, D. F., & Jiménez Montenegro, J. M. (2021). Resultados y aplicación de la estrategia pedagógica cultura jurídica ambiental: Carrera de Derecho Uniandes, Riobamba. *Conrado*, 17(Suppl. 2), 431–440.
- Khammatova, R. S., Gribkova, O. V., Tkhuo, M. M., Ushakova, O. B., Shchetinina, N. N., Krashenninnikova, E. I., & Erofeeva, M. A. (2021). Specific features of value orientations among the student youth in the context of digital transformation of the education system. *World Journal on Educational Technology*, 13(2), 297–306. <https://doi.org/10.18844/wjet.v13i2.5714>

- Kravchenko, O. B. (2015). Pravovaia kultura kak obshchee uslovie formirovaniia kognitivnoi lichnosti [Legal culture as being a condition for cognitive personality formation]. *Professional Education in the Modern World*, 3(18), 184–192. <https://doi.org/10.15372/PEMW20150321>
- Maryano, N., & Anggraeni, R. R. D. (2023). Legal culture: Obligation to submit tax data and information from agencies, institutions, associations, and other parties. *Jurnal Cita Hukum – Indonesian Law Journal*, 11(3), 457–480. <https://doi.org/10.15408/jch.v11i3.37474>
- Méndez Cabrita, C. M., Rosero Martínez, C. G., & Gordón Martínez, M. G. (2022). El logro una “cultura interpretativa” en las carreras de derecho mediante el giro hermenéutico y la argumentación jurídica. *Universidad y Sociedad*, 14(Supl. 3), 366–375.
- Muslumov, R. R. (2013). *Pravovoe soznanie lichnosti [Legal consciousness of the individual]*. Ural University Publishing House.
- Nesterov, N. V. (2017). Formirovanie i razvitie pravovoi kultury studentov [Formation and development of students' legal culture]. *Molodezhnaia Nauka v Razvitii Regionov*, 2, 304–306.
- Osipov, M. I. (2012). Pravovaia kultura i mekhanizm ee formirovaniia [Legal culture and the mechanism of its formation]. *Journal of Russian Law*, (1), 75–79.
- Pavlov, V. I., & Stabrovskii, E. I. (2020). Struktura pravovogo soznaniia v kontekste dostizhenii sovremennoi psikhologii soznaniia: Antropologo-pravovoi podkhod [Structure of legal consciousness in the context of the achievements of modern psychology of consciousness: Anthropological-legal approach]. In *Pravo v sovremennom belorusskom obshchestve: Collection of scientific works* (Vol. 15, pp. 51–57). Minsk.
- Pindus, V. I. (2016). Kontseptualnye podkhody k formirovaniu pravovoi kultury lichnosti [Conceptual approaches to formation of legal culture of personality]. *Bulletin of the Moscow State University of Culture and Arts*, 6(74), 123–127.
- Polyakova, L. Y., Nizamutdinova, G. F., Zharikov, Y. S., Kartushina, I. G., Minkova, E. S., Plotnikov, D. A., Popova, O. V., & Ukolova, L. I. (2018). Design and implementation of university digital campus content as educational process innovative model. *Modern Journal of Language Teaching Methods*, 8(11), 909–915.
- Potapenko, S. V. (2016). O problemakh formirovaniia pravovoi kultury lichnosti v sovremennoi Rossii [On the problems of formation of legal culture of personality in modern Russia]. *Society and Law*, 4(58), 201–202.
- Rybakov, V. A. (2016). Kultura pravovogo soznaniia lichnosti [The culture of the individual's legal consciousness]. *Sovremennoye Pravo*, (10), 21–27.
- Sánchez, W. Y. M. (2024). Educational Ecuadorian magistrates' needs to strengthen democracy and political participation. *Conrado*, 20(Supl. 1), 54–59.
- Sapfirova, A. A., Volkova, V. V., Petrushkina, A. V., & Vasilyeva, E. G. (2022). Preventing violations of the right to labor protection: Determining factors in preserving employee

health. *Interacción y Perspectiva*, 12(2), 214–221.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.7114646>

- Siniukova, T. V. (2009). Pravovaia kultura: Poniatie, struktura, sootnoshenie natsionalnogo i obshchechelovecheskogo [Legal culture: Concept, structure, and the relationship of the national and the universal]. *The Legal Culture*, 2(7), 6–17.
- Smotrova, L. N., Vlasova, E. A., Fedotova, I. A., Shatskov, P. A., & Yumasheva, T. A. (2021). The level of legal culture in students of a non-legal university. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 25(spe. 5), 3165–3180.
<https://doi.org/10.22633/rpge.v25iesp.5.16005>
- Sydorenko, O., Voshkolup, H., Kupina, I., Kovalenko, B., & Kovalenko, N. (2023). The role of online debate in building future specialists' (philologists') professional competencies. *Educação & Formação*, 8, e11399. <https://doi.org/10.25053/redufor.v8.e11399>
- Temerbayeva, A., Kabbasova, A., Zharkumbaeva, M., & Raimbekova, Z. (2023). Influence of historical education on the formation of civic identity of university students in the learning process. *European Journal of Contemporary Education*, 12(4), 1438–1446.
<https://doi.org/10.13187/ejced.2023.4.1438>
- Vorontsov, A. L. (2013). Problemy opredeleniia pravovoi kultury v rossiiskoi iuridicheskoi nauke [Problems of defining legal culture in Russian legal science]. *Proceedings of Southwest State University. The Series: History and Law*, (1), 18–21.

CRedit Author Statement

- ☐ **Agradecimentos:** Os autores gostariam de expressar sua sincera gratidão ao editor e à equipe editorial da *Revista on-line de Política e Gestão Educacional* pela cuidadosa análise do manuscrito, pelos valiosos comentários e pelo apoio profissional durante o processo editorial. Os autores também agradecem aos alunos que participaram do estudo empírico.
 - ☐ **Financiamento:** Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Os autores declaram não haver conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** O estudo foi conduzido de acordo com os princípios éticos da pesquisa educacional. A participação nos questionários, pesquisas e testes foi voluntária. Os dados foram processados de forma anônima e apresentados apenas de forma agregada. Como o estudo foi realizado no âmbito da pesquisa educacional e pedagógica de rotina e não envolveu intervenção médica, psicológica ou invasiva, não foi necessária a aprovação formal por um comitê de ética.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados neste estudo estão disponíveis mediante solicitação aos autores.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** S. Sh. contribuiu para o conceito da pesquisa, o desenho do estudo, o marco teórico e a revisão final do manuscrito. E. S. contribuiu para a revisão da literatura, a análise conceitual da cultura jurídica e a elaboração da seção teórica. S. Sa. contribuiu para o desenho metodológico, o desenvolvimento dos critérios diagnósticos e a interpretação dos resultados empíricos. A. R. contribuiu para a análise jurídica, a formulação do programa de desenvolvimento da cultura jurídica dos estudantes e a revisão crítica do manuscrito. M. Sh. contribuiu para a organização do estudo empírico, o processamento dos resultados do questionário e dos testes, e a elaboração da seção de resultados. A. D. contribuiu para a discussão das práticas de educação jurídica, o desenvolvimento de recomendações práticas e a revisão do manuscrito. S. Zh. contribuiu para a formatação do manuscrito, a revisão linguística e a elaboração da lista de referências.
-

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

